

volume

19

Dezembro/2013

ISSN 1516-2095
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



NOTAS CRÍTICAS DOS TROTSKISTAS BRASILEIROS ACERCA DO ESTADO NOVO: PRIMEIROS APONTAMENTOS

Roberto Borges Lisboa¹

Resumo: O presente trabalho propõe interrogar as interpretações das dissidências comunistas do Partido Operário Leninista (POL) e, em seguida, do Partido Socialista Revolucionário (PSR) acerca da ditadura do Estado Novo entre os anos 1937 e 1945. Estes lançaram olhares críticos sobre as proposituras do governo (denominado bonapartista, fascista ou policial-militar), liderado por Getúlio Vargas, aos trabalhadores e movimento sindical. Suas análises foram produzidas através do jornal A Luta de Classe perpassando o momento de reagrupamento do POL com dissidentes do Partido Comunista do Brasil, em São Paulo, que culminou na fundação do PSR no ano de 1939. Em 1945, o PSR publicou análises sobre o Estado Novo através do jornal Luta Proletária. Ressaltamos que a historiografia do trotskismo brasileiro privilegiou abordagens circunscritas a episódios concretos da luta de classes no Brasil ou trabalhos panorâmicos que se ativeram as trajetórias dos trotskistas e de suas organizações políticas. Assim, a questão do Estado Novo pelo viés dos trotskistas ainda não foi trabalhada a partir das fontes disponíveis na amplitude que merece. Portanto, problemas, tais como, a natureza do Estado Novo, a relação deste com os sindicatos, a legislação sindical, assim como, seu lugar no contexto político internacional na meia-noite do século XX ainda podem ser analisados mais detidamente.

Palavras-chaves: Estado Novo, Bonapartista, Trotskistas

Introdução

A questão que perpassa este trabalho está relacionada ao entendimento teórico e político dos trotskistas brasileiros acerca do Estado Novo de 1937 a 1945, a partir da imprensa política do período. Neste sentido, é objetivo interrogar a política trotskista sobre a realidade social brasileira e retirar desta análise apontamentos iniciais² que propiciem indicar os elementos-chaves constituintes de sua interpretação política.

Para tanto, o estudo foi dividido em dois momentos. Inicialmente, traçaremos um breve panorama das organizações políticas do período já referido, o Partido Operário Leninista (POL) e o Partido Socialista Revolucionário (PSR), através da literatura da temática. Em seguida, apresentaremos os principais documentos da imprensa política trotskista que analisam a situação política nacional e procuram caracterizá-la. Desta forma, explicaremos preliminarmente como os trotskistas analisaram a natureza do Estado Novo e, quando possível, realizaremos apontamentos de como

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria / RS. Bolsista Capes – DS. E-mail: roberto.hst@gmail.com. Orientadora: Gláucia Vieira Ramos Konrad.

²Este trabalho preliminar decorre do desenvolvimento presente da pesquisa “As diretrizes teóricas e políticas dos jornais e boletins trotskistas sobre a realidade social brasileira entre os anos 1930 e 1945” no PPGH da UFSM.

perceberam a relação deste com os sindicatos através das leis sindicais e trabalhistas implantadas ao longo dos anos 1930.

Os Partidos de Matriz Trotskista no Brasil durante o Estado Novo: Um pequeno retrato

É recorrente na literatura sobre a temática o reconhecimento de que os trotskistas brasileiros lançaram olhares significativos acerca da constituição e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Acompanha esse entendimento a assertiva de que estes ao longo de sua trajetória durante a década de 1930, a despeito de sua configuração fracionária de 1930 a 1933 e a posterior denominação de partido, mantiveram uma relação crítica com o intuito de reorientar o PCB à luta política pela revolução social ainda que propusessem a construção da IV Internacional e decretassem a falência da Internacional Comunista. Estas duas questões de certa forma configuram inteligibilidade à intervenção política dos dissidentes comunistas no período referido acima.

Conforme Karepovs e Neto (2002, p. 129), apesar do anúncio do surgimento do Partido Operário Leninista (POL) em janeiro de 1937, foi somente em junho – após a liberação dos presos sem culpa formada – que se oportunizou o restabelecimento do contato entre militantes paulistas e cariocas e a divulgação do primeiro documento político intitulado “A situação nacional”. Os autores sustentam que neste documento as teses de “O Esboço...” serviram como base e foram atualizadas “em suas análises econômica e histórica”.

Redigido em outubro de 1930 por Mário Pedrosa e Lívio Xavier sob os pseudônimos de M. Camboa e L. Lyon, o documento “Esboço de análise da situação brasileira”³ de forma direta indicava seu caráter provisório ou “experimental” apesar da coerência explicativa e, principalmente, sua originalidade para explicar como o Brasil adentrava social e economicamente nos anos 1930 junto de seus desdobramentos políticos.

Ferreira sustenta que “O Esboço...” de Pedrosa e Xavier conjuntamente às brochuras de Caio Prado Jr., “A Evolução Política do Brasil”, e de Leôncio Basbaum, “A caminho da Revolução Operária e Camponesa”, podem ser considerados os documentos essenciais dos anos

³“O Esboço”, escrito durante o período de intervenção fracionária do Grupo Comunista Lenin junto ao PCB, foi publicado pela Liga Comunista (grupo que deu continuidade ao GCL) no jornal *A Luta de Classe* número 6 de fevereiro e março de 1931. O exemplar deste jornal encontra-se disponível na hemeroteca do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP) pertencente ao Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP).

1930. Em suas palavras, “os três principais livros da esquerda brasileira” (FERREIRA, 1999, p. 206). Segundo o autor, o texto de Pedrosa e Xavier:

Antecipa, em grande medida e por várias décadas, uma interpretação da realidade social no Brasil. A começar pelo entendimento da economia no período colonial, articulada à economia da metrópole, e precedendo fundamentalmente à sua organização estatal. Uma economia colonial que de maneira sistemática respondia aos interesses da metrópole, “complementando” as suas necessidades. Embora contasse com inúmeras peculiaridades, a produção econômica no Brasil nunca deixou de ser conectada contraditoriamente a um todo, a um sistema mais global. Esse processo histórico, portanto, que colocava o Brasil na chamada “acumulação primitiva de capital” situava-o internamente, em um “tempo” diferente do da metrópole, marcando-o com certa complexidade social que impedia uma explicação sobre as manifestações de caracteres feudais em solo colonial. Na especificidade da sua mais importante característica, a de complementar a economia européia, ficava delimitada a forma de se alterar a produção na propriedade fundiária sem que se mudasse a essência do sistema. (FERREIRA, 1999, p. 209).

“O Esboço...” continha ainda uma análise sobre a configuração posterior ao período colonial e escravista identificando as características do capitalismo brasileiro. Neste sentido, Karepovs e Neto (2002, p. 122) identificam no documento “os impasses da centralização do poder no federalismo brasileiro e as forças políticas em luta naquele momento”.

Ainda, os autores indicam o debate conjuntural do período e as ligações da interpretação crítica com o entendimento político do PCB, a saber:

“Esboço...” supera a visão simplista do PCB, que via no Brasil apenas confrontos entre campo e cidade, entre conservadores e progressistas, entre imperialismo inglês e americano. O texto de Pedrosa e Xavier mostra que o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras resultou em uma centralização do aparelho de Estado e em rearranjos entre as facções regionais em disputa. (KAREPOVS e NETO, 2002, p. 122).

De certo modo, o texto de Pedrosa e Xavier antecipou as linhas gerais do “movimento de 1930” que efetivou a Aliança Liberal no poder sob a liderança no governo de Getúlio Vargas erigido presidente do Brasil.

As diferenças contidas no “Esboço...” e “A situação nacional” foram evidenciadas por Karepovs e Neto no contexto de fusão dos trotskistas com ex-comunistas da oposição classista que haviam rompido com o PCB pouco antes do fracasso do putsch comunista em novembro de 1935 devido aos métodos golpistas, dentre os quais se destacavam o médico Febus Gikovate, o bancário Augusto Besouchet e o jornalista Barreto Leite Filho. Segundo os autores, a existência de “recuos” pode ser percebida através do uso da fórmula de “classe contra classe” apesar da diferença de conteúdo com a fórmula comunista do início dos anos 1930. A própria apresentação dos candidatos presidenciais em 1937 evidenciava as nuances incorporadas. Enquanto

Armando de Sales Oliveira era apresentado como representante do “capital financeiro”, José Américo de Almeida era relacionado ao “imperialismo ianque” e o candidato da Ação Integralista Brasileira ao “imperialismo alemão”. (KAREPOVS e NETO, 2002, p. 128-129).

Também a decisão de apoiar o lançamento do nome de Luis Carlos Prestes do PCB trouxe uma nova cisão. De qualquer forma, como sustentou Ferreira (2005, p. 32), os trotskistas buscaram “construir, mais uma vez, uma ponte com os pecebistas”.

Em novembro de 1937, o golpe que instituiu a ditadura do Estado Novo e manteve Getúlio Vargas no poder foi caracterizado como bonapartista pelo POL e, apesar da repressão desencadeada, os trotskistas mantiveram sua imprensa política até abril de 1938, quando não escaparam do braço repressivo do regime varguista. De 1937 a 1939, o POL buscou intervir diante de todas as dificuldades vivenciadas pelo movimento operário e suas organizações políticas apesar da diminuta audiência ante os trabalhadores em parte influenciada pelo recrudescimento da conjuntura.

Neste ínterim, a propósito das eleições presidenciais previstas para 1937, o PCB viu-se numa disputa sobre a política de apoio ao candidato “semi-oficial” José Américo de Almeida defendida pela fração liderada por Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, e o Comitê Regional de São Paulo, liderados por Hermínio Sacchetta e Heitor Ferreira Lima, que propunha o lançamento da candidatura de Luis Carlos Prestes, ainda preso (COGGIOLA, 2003, p. 254).

O desenlace destas divergências decidiu-se favoravelmente ao primeiro grupo, ainda que o segundo grupo mobilizasse parte importante do partido na ocasião do rompimento. Conforme Coggiola:

O apoio direto do Comintern (por meio de conclamação de apoio, emitidas nas transmissões da Rádio Moscou para o Brasil) permitiu a Bangu vencer a fração opositora e, em seguida, excluí-la do partido. Esse grupo saiu do partido com a maioria do Comitê Estadual de São Paulo, a organização comunista do Paraná e fragmentos do partido de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco. (COGGIOLA, 2003, p. 254).

O grupo cisionista em seguida denominou-se Dissidência Pró-Reagrupamento de Vanguarda e, em agosto de 1939, unificaram-se com o POL, aderindo às teses trotskistas. Coube ao dissidente comunista Febus Gikovate, um dos principais articuladores do POL, realizar a aproximação e o convencimento programático.

Pouco antes da unificação, em setembro de 1938, Pedrosa, sob o codinome de Lebrun, já se encontrava na França para representar o POL no congresso fundacional da IV Internacional ocorrido em Paris. Karepovs e Neto (2002, p. 132) sustentam que “Trotsky e seus seguidores julgaram

necessário fundar a nova organização, mesmo que numericamente fraca, para preservar e tornar coeso um núcleo revolucionário capaz de dar respostas às situações que dali para diante iriam se colocar”. Em 1940, no contexto da II Guerra Mundial, a sede da IV Internacional mudou para Nova York, local onde surgiu uma forte divergência⁴ que afastou Pedrosa da jovem Internacional e que de certo modo marcou uma transição geracional e a interrupção temporária do contato entre os trotskistas brasileiros e sua organização internacional (KAREPOVS E NETO, 2002, p. 133).

Do período de fundação do Partido Socialista Revolucionário (PSR), agosto de 1939, ao fim da II Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo, as fontes encontradas sobre a intervenção política da segunda geração de trotskistas brasileiros são esparsas. A publicação, na ocasião de sua fundação, do número 45 de *A Luta de Classe* e o surgimento do jornal *Luta Proletária*, em janeiro de 1945, evidenciam um hiato documental que prejudica um entendimento de maior fôlego do programa e ação políticos.

As esparsas referências na historiografia sobre este período, todavia não estão relacionadas apenas à repressão policialesca do Estado Novo às organizações políticas de esquerda. O próprio momento político vivenciado no período dificultou a intervenção e a difusão programática dos trotskistas brasileiros, cuja ação desencadeou-se na clandestinidade, assim como obstaculizou qualquer contato com a IV Internacional.

Segundo Karepovs e Neto (2002, p. 135), foi apenas em 1943 que os trotskistas brasileiros conseguiram restabelecer contato com a IV Internacional através da organização trotskista estadunidense *Socialist Workers Party* (SWP). Os autores indicam ainda que no ano seguinte o PSR defendeu a convocação de uma “Assembléia Nacional Constituinte” com o objetivo de acabar com o Estado Novo e, após a desagregação deste e do fim da guerra, propuseram a construção de uma “frente única, dinâmica, de ação” com “forças socialistas e radicais” para garantir, por exemplo, as eleições presidenciais.

Primeiros apontamentos das análises trotskistas acerca do Estado Novo

Como já visto anteriormente, comunistas e trotskistas aguardavam a realização de eleições presidenciais que deveria ocorrer em janeiro de 1938. Estes tinham distintas projeções e posicionamentos acerca do

⁴“Pedrosa (...) afastou-se das fileiras trotskistas em 1940: discordava da caracterização que a IV Internacional fazia da URSS – Estado operário degenerado. Pedrosa a caracterizava como um “Estado livre burocratizado” (entendendo-se Estado livre como sendo um Estado sem compromisso com seus cidadãos, um Estado com um governo despótico)”. In. KAREPOVS, LÖWY & NETO, 1995, p. 243-244.

desenvolvimento da conjuntura política no momento. O POL não excluía a possibilidade de um golpe bonapartista ser desencadeado antes das eleições.

Em novembro de 1937, pouco antes das eleições, Getúlio Vargas efetivou um golpe de Estado que garantiu sua manutenção no poder e ampliou as possibilidades de intervenção transformando ações pontuais e excepcionais numa constante, em especial, contra os trabalhadores organizados nas organizações políticas de esquerda, sob o argumento do perigo comunista, denunciado por um falso plano de tomar o poder no Brasil, o Plano Cohen. Até o desfecho do golpe, poucas notícias são conhecidas sobre a intervenção e a política do POL.⁵

Em dezembro, o editorial⁶ de *A Luta de Classe* identificava a efetivação de um golpe de Estado de caráter “bonapartista” e a natureza “fascista” do regime instituído. O desfecho é apresentado diante do entendimento de que a desorganização do proletariado e sua falta de “consciência de classe” que pudesse “arrastar as massas trabalhadoras do campo e da cidade” teriam facilitado a situação.⁷ Neste número, a apresentação da situação política brasileira no editorial é aprofundada a partir dos artigos “O golpe de Estado bonapartista” e “o fechamento do integralismo”.

O número seguinte de *A Luta de Classe*, publicado ainda em dezembro, através do artigo “O bonapartismo procura uma base de massa” evidencia a falta de apoio num setor de massas (e a necessidade de afastar-se dos integralistas que possuíam alguma base) que pudesse sustentar social e politicamente o golpe instituído e, de certo modo, fica implícito a noção de autonomia relativa do Estado diante das classes sociais. No entanto, para os trotskistas, os interesses da burguesia não foram colocados em xeque, ao contrário:

Não resta a menor dúvida de que Getúlio interpretou até certo ponto desejos inconscientes da burguesia, ao encarar a luta que prometia ser aguda e acirrada. De outro modo, não se explicaria a passividade de todos e o apoio de alguns. Getúlio era, é verdade, movido pelo interesse pessoal de continuar no poder. Mas só o conseguiu porque a burguesia temia as consequências da luta e preferiu abrir mão do seu direito incontestável de administrar diretamente os seus negócios. E não lhe faltaram compensações. A nova “constituição” se presta muito mais e assegura aos governos meios mais eficazes para a defesa da

⁵É provável que durante 1937 o POL tenha publicado no mínimo três números do jornal *Sob Nova Bandeira*. O número três encontra-se disponível no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), especificamente, no acervo do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP). Em contrapartida, o jornal *A Luta de Classe* seria publicado pelo POL somente em dezembro de 1937.

⁶A partir deste momento os jornais utilizados encontram-se disponíveis no CEMAP-CEDEM da UNESP.

⁷Editorial. *A Luta de Classe*, n. 34, dez 1937, p. 01.

propriedade burguesa, eternamente ameaçada pela possível revolta dos explorados. A burguesia perdeu alguma coisa, mas ganhou muito mais.⁸

Os números seguintes de *A Luta de Classe* continuaram a lançar análises sobre o Estado Novo buscando evidenciar as características principais do governo liderado por Vargas. Entre as análises mais importantes destacam-se os artigos “A demagogia, arma do Estado Novo”, “É preciso organizar desde já a luta contra a ditadura policial-militar de Getúlio” e “O que deu o Estado Novo às massas”.⁹

Todavia, os artigos publicados em *A Luta de Classe* no período apresentam ainda momentos específicos da luta operária e analisam a situação e as modificações efetivadas nos sindicatos com o advento do Estado Novo. Estes momentos podem ser apreendidos nos artigos “Os sindicatos ameaçados pelo Estado Novo”, “A Frente Sindical contra o Extremismo” e “A Lei do salário mínimo e o custo de vida”.¹⁰ De certa maneira, os debates sindicais entre os trotskistas e a crescente centralização dos sindicatos voltaram e ganharam peso através da Constituição de inspiração fascista instituída logo após o Estado Novo por Getúlio Vargas como atesta minimamente a documentação hemerográfica da imprensa política trotskista do período.

Ainda, os próprios dispositivos autoritários e centralistas às organizações sindicais e ao movimento operário continuaram a se intensificar. Conforme Mattos:

Em 1939, uma nova lei de sindicalização foi decretada – a Lei Orgânica de Sindicalização Profissional – e seu objetivo de controle sobre os sindicatos foi explicitada na exposição de motivos do decreto que a instituiu: “Com a instituição desse registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com eles crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão. (MATTOS, 2003, p. 19).

É importante ressaltar que não foi encontrado até o momento referências nos jornais e boletins trotskistas acerca da Lei Orgânica de Sindicalização Profissional. No entanto, um primeiro contato com o jornal *A Luta de Classe* publicado no período ditatorial delimitado por este trabalho permite entrever a situação repressiva e controladora sobre os sindicatos através das medidas centralistas em torno do aparelho do Estado. Permite também identificar a resistência dos trabalhadores através de suas categorias sindicais ou nos locais das fábricas. Os limites deste trabalho e o

⁸O bonapartismo procura uma base de massa. *A Luta de Classe*, n. 35, dez 1937, p. 01.

⁹Respectivamente nos jornais *A Luta de Classe*, n. 36, jan 1938; *A Luta de Classe*, n. 38, fev 1938; *A Luta de Classe*, n. 38, mar 1938.

¹⁰Respectivamente nos jornais *A Luta de Classe*, n. 38, fev 1938; *A Luta de Classe*, n. 38, mar 1938; *A Luta de Classe*, s.n, set 1938.

desenvolvimento presente da pesquisa que originou o mesmo não possibilitaram avançar por meio de definições mais precisas, ainda que estas sejam possíveis através dos jornais e boletins trotskistas do período. De toda forma, os enunciados e uma leitura “ligeira” dos artigos presentes nos jornais evidenciam que é possível captar satisfatoriamente a intervenção política dos trotskistas no período, mas também suas análises sobre a realidade social brasileira que contemplam as transformações efetivadas no capitalismo brasileiro e significativamente diferente do momento anterior aos anos de 1930.

É interessante notar que o próprio Trotsky, então exilado no México, preocupou-se em caracterizar minimamente a política latino-americana e, conseqüentemente, abordou o Brasil em determinados momentos, ainda que pontuais. No resumo estenográfico de uma discussão em Coyoacán entre Trotsky, Charles Curtiss e seus guardas americanos em novembro de 1938, o primeiro refere-se à sociedade latino-americana da seguinte forma:

A sociedade latino-americana, como toda sociedade – desenvolvida ou atrasada – está composta por três classes: a burguesia, a pequena burguesia e o proletariado. Na medida em que as tarefas são democráticas no amplo sentido histórico, são tarefas democrático-burguesas, mas aqui a burguesia é incapaz de resolvê-las, como também foi na Rússia e na China. (TROTSKY, 2009, p. 119).

No entanto Trotsky coloca que o período então atual na América Latina desenvolve-se com as burguesias nacionais buscando um pouco mais de independência em relação aos imperialismos estrangeiros, a exemplo do México. Por sua vez, o Brasil é definido como um regime fascista em conformidade à análise política dos trotskistas brasileiros. Isto implica na tutela da burguesia nacional aos interesses dos capitalistas estrangeiros. Para o ex-dirigente bolchevique, no Brasil:

A burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática, porque, por um lado tem o capital imperialista, e por outro, tem medo do proletariado, porque a história lá saltou uma etapa e o proletariado se tornou um fator importante antes que tenha sido realizada a organização democrática do conjunto da sociedade. (TROTSKY, 2009, p. 119).

Esta leitura da realidade em Trotsky manifestou-se não apenas no POL; ela permeou os escritos da organização política que o sucedeu, o PSR. Deve-se ressaltar que na fundação do PSR foi divulgado o último número de *A Luta de Classe* que temos notícia. Não obstante, a própria crise no SWP e a cisão de Mário Pedrosa prejudicaram o contato com os militantes brasileiros ligados ao trotskismo. O documento “O Movimento da IV Internacional na América Latina”, produzido na Conferência Extraordinária da IV Internacional de maio de 1940, realizada em Nova York, possibilita entender a interrupção do contato da Internacional com a seção brasileira e seu desconhecimento da situação da organização política brasileira. Na conferência extraordinária, o

PSR erroneamente é definido como apoiador dos desertores do SWP e a interrupção do contato é atribuído ao fato de Pedrosa negar-se a indicar o endereço dos trotskistas brasileiros. (Ibid, p. 236).

Neste sentido, o PSR publica em agosto de 1945 *A Luta de Classe* e indica a realização da primeira Conferência Nacional da IV Internacional que ratificara a unificação de setores do POL, do antigo comitê regional do PCB em São Paulo e de outros setores de militantes do movimento operário.¹¹ Segundo Demier (20012, p. 332), “o PSR repetiria a mesma avaliação feita dois anos antes pelo POL acerca da trama golpista orquestrada por Vargas em novembro de 1937”.

Entre 1940 e 1944 não se tem notícias da continuidade de *A Luta de Classe* nem de sua substituição por outra publicação. As informações neste período referem-se, como já dito anteriormente, a retomada do contato com a IV Internacional por meio da interlocução do SWP.

Desta feita, o ano de 1945 teve publicado seis números do jornal *Luta Proletária*, dos quais tive acesso apenas ao primeiro e sexto números. Em *Luta Proletária*, o PSR identifica uma postura significativamente diferente do proletariado com o retorno em fins de 1944 das greves no Brasil e a intensificação de sua agência. Os artigos “Greves Proletárias rompem a tirania do Estado Novo” e “A Luta contra o governo de Getúlio e a posição do proletariado” evidenciam o esgotamento da ditadura e buscam analisar a luta do proletariado e as possibilidades de intervenção política.¹² Nos anos seguintes, o PSR continuaria sua intervenção política através do jornal *Orientação Socialista*.¹³ Contudo, as questões decorrentes da publicação extrapolam os objetivos deste artigo.

Conclusão

Apesar do caráter introdutório neste artigo, espero que ao longo do mesmo tenha sido possível identificar alguns apontamentos iniciais acerca das análises dos trotskistas brasileiros, em especial, durante o Estado Novo. Como já indicado no trabalho, as fontes esparsas e a lacuna na imprensa política de 1940 a 1944 prejudicam o desenvolvimento de um entendimento mais completo acerca das leis sindicais e trabalhistas, bem como, das análises sobre o Estado Novo. No entanto, entendo a pertinência do estudo da realidade

¹¹Primeira Conferência Nacional dos Militantes da 4ª Internacional no Brasil. *A Luta de Classe*, n. 45, ago 1939, p. 01 e 05.

¹²*Luta Proletária*, n. 01, jan 1945, p. 01.

¹³O jornal *Orientação Socialista* foi publicado entre 1946 e 1948. Mais informações em FERREIRA (1989).

social brasileira a partir da imprensa política trotskista disponibilizada pelo CEMAP ainda que determinadas questões fiquem prejudicadas, como por exemplo, identificar o entendimento dos trotskistas sobre a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943.

Cabe lembrar que boa parte do conjunto de leis sistematizadas já era de conhecimento do movimento operário e suas organizações políticas como já assinalara Mattos (2003, p. 21). Durante os anos 1930, estes seguiram na luta apesar das práticas repressivas e dos momentos de atomização social e política no período que Vargas governou o Brasil.

Referências Bibliográficas

Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP) – Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

COGGIOLA, Osvaldo. O trotskismo no Brasil. In. MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. **Corações Vermelhos, Os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 239-270.

DEMIER, Felipe Abranches. **O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964):** Autonomização Relativa do Estado, Populismo, Historiografia E Movimento Operário. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

FERREIRA, Pedro Roberto. **Imprensa Política e Ideologia**. Orientação Socialista. São Paulo: Moraes, 1989.

FERREIRA, Pedro Roberto. **O conceito de revolução da esquerda brasileira: 1920-1946**. Londrina: Ed. UEL, 1999.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos Trotskistas (1930 – 1960). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 12, n. 22/23, 2005, p. 11-58.

KAREPOVS, Dainis; LOWY, Michael; NETO, José Castilho Marques.

Trotsky e o Brasil. In. MORAES, João Quartim de. **História do Marxismo no Brasil: Os influxos teóricos.** v. 2. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p. 223-246.

KAREPOVS, Dainis; NETO, José Castilho Marques. Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930 – 1966). In. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Partido e organizações dos anos 20 aos 60.** v. 5. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 103-156.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TROTSKY, Leon. **Escritos Latino-Americanos.** São Paulo: Iskra, 2009.

Abstract: This present works proposes to interrogate the interpretations of dissent communist Leninist Workers Party (POL), and then, the Revolutionary Socialist Party (PSR) on the New State dictatorship between the years 1937 and 1945. These critical propositions about the government (called bonapartist, fascist or military police), led by Getúlio Vargas, to workers and trade union movement. Their analyzes were produced through the newspaper Class Struggle permeating the time of reunification of the POL with dissidents of the Communist Party of Brazil, at São Paulo, which culminated in the founding of the PSR in 1939. In 1945, the PSR published reviews of the New State through the newspaper Proletarian Struggle. I would like to emphasize that the historiography of Brazilian Trotskyism favored approaches confined to concrete episodes of class struggle in Brazil or panoramic work that clung trajectories of Trotskyists and their political organizations. Thus, the issue of the New State by the bias of the Trotskyists has not yet been crafted from the sources available in breadth it deserves. Therefore, issues such as the nature of the New State and the relationship with the unions, trade union legislation, as well as its place in the international political context at midnight of the twentieth century can still be analyzed more closely.

Keywords: New State, Bonapartist, Trotskyists
